CARACTERIZAÇÃO DO PRECONCEITO E VIOLÊNCIA SOFRIDA PELA POPULAÇÃO LGBTTT: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Tamires Alves Dias[1], Beatriz de Castro Magalhães[2], Maiara Bezerra Dantas[3], Samara Calixto Gomes[4]

[1] *Universidade Regional do Cariri – URCA*. Email: alvestamires98@gmail.com
[2] *Universidade Regional do Cariri – URCA*. Email: beatriz.castro022015@gmail.com
[3] *Universidade Regional do Cariri – URCA*. Email: maiara-dantas13@hotmail.com
[4] *Universidade Regional do Cariri – URCA*. Email: samaracalixto@hotmail.com

RESUMO

O Brasil vivencia atualmente a desconstrução dos preceitos tradicionalistas, porém a população LGBTTT ainda é julgada com repulsão, reprovação e ódio. As incidências de eventos baseados na discriminação por orientação sexual ou de gênero assumem um linear crescente, estando presente nos diversos âmbitos de convívio social, podendo propiciar danos a integridade física e psicológica das vítimas, chegando ao estado estremo que são os atentados contra a vida. Nesse sentido, buscamos compreender e caracterizar o preconceito e danos sofridos pela população LGBTs, bem como discutir os índices de mortalidade oriundas dessa violência. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com uma busca eletrônica na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), realizada no período de setembro de 2017; foram utilizando o cruzamento dos seguintes descritores em saúde: Violência, população LGBT e homofobia, por meio do operador booleano AND, seguido da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, resultando em 10 artigos. A pesquisa também foi realizada em cima dos Relatórios de Violência Homofóbica no Brasil dos anos de 2012 e 2013, do Poder Público Federal, totalizando em 12 literaturas para uma análise minuciosa e referida elaboração do artigo. Diante do que foi encontrado, constata-se que a violência, a intolerância e o preconceito permanecem, inclusive por parte das autoridades, restringindo as vítimas não apenas a insegurança, mas também as impedindo de viver sua sexualidade de forma livre. São muitos casos de denúncia registradas por homofobia além das altas taxas de óbitos, estes não são ligados apenas ao homicídio, mas também suicídio. Com isso, conclui-se que é fundamental compreender todos os aspectos que influenciam esse problema, tornando-se necessário medidas punitivas e a implementação e validação das políticas públicas de saúde e segurança direcionadas a esse grupo; para que se possa promover a luta por direitos. Contudo, ainda há na sociedade atual, um demasiado retrocesso quanto à igualdade de gênero e o respeito a diversidade sexual.

Descritores: Violência, População LGBT e Homofobia.

INTRODUÇÃO

O Brasil vivencia atualmente um paradoxo entre uma sociedade tradicionalista e progressista, associada a luta pelos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTTT) que buscam a desconstrução dos preceitos sexuais; onde a heterossexualidade é referência para os desejos, ideais e princípios, assumindo-se como "referência-padrão" e superioridade. Desse modo, qualquer indivíduo que fuja dessa regra binária, passa a ser julgado com repulsão. (TEIXEIRA-FILHO; RONDINI, 2012; POPADIUK; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2017).

Assim, a homossexualidade mantém-se à sombra desses julgamentos e imposições moralistas e religiosas, limitadas à patologia ou pecado, provocando vários questionamentos e discussões acaloradas a respeito da temática. Em consequência, expõe esse grupo de forma vulnerável aos diversos tipos de violência, refletindo em elevados números de atitudes letais contra a comunidade LGBTTT (NASCIMENTO; PIMENTEL, 2011; BRASIL, 2012).

A incidência desses eventos baseados na discriminação por orientação sexual ou gênero assumem um linear crescente. Os casos desenrolam-se em diversos âmbitos de convívio social, dentre eles: no universo familiar, nas escolas, nos ambientes de trabalho, nas forças armadas, na justiça, na polícia e em diversas esferas do poder público (NASCIMENTO; PIMENTEL, 2011).

A homofobia pode propiciar danos a integridade física da vítima, impondo-se desde uma "leve" dor até atentado contra a vida. A violência psicológica, configurasse-se por danos à individualidade, à autoestima, à socialização ou moral, através de ações que aterrorizem, menosprezem, rejeitem, ridicularizem, ou isolem outro indivíduo. É necessário ressaltar que os termos lesbofobia, transfobia, bifobia e todos os outros relacionados a LGBTfobia, serão compreendidos por homofobia, para uma melhor fluência no texto (FAZZANO; GALLO, 2015).

A intolerância homofóbica é bastante prevalente e é evidenciada desde o ambiente familiar, cujas consequências refletem, geralmente em auto violação por parte da vítima que, por vezes defende-se através de tentativas de mudanças; até o ambiente social, no qual as palavras ofensivas tendem a se transformar em força bruta, destruindo e ceifando vidas todos os dias (BRASIL, 2016).

Considera-se que há carência de estudos sobre a homofobia, o que potencializa os danos causados pelo preconceito. Diante dessa premissa, expõe-se a grande relevância do assunto, uma vez que há a necessidade de estudos que comprovem esse problema de saúde pública tão mascarado pela sociedade. Nesse sentido, buscamos compreender e caracterizar o preconceito e danos sofridos pela população LGBT, bem como discutir os índices de mortalidade oriundas da violência.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com uma busca eletrônica na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), realizada no período de setembro de 2017; foram utilizando o cruzamento dos seguintes descritores em saúde: Violência, população LGBT e homofobia, por

meio do operador booleano AND, seguido da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, resultando em 10 artigos. A pesquisa também foi realizada em cima dos Relatórios de Violência Homofóbica no Brasil dos anos de 2012 e 2013, do Poder Público Federal, totalizando em 12 literaturas para uma análise minuciosa e referida elaboração do artigo.

Na BVS foram enredados: artigos disponíveis completos, pesquisa com o presente assunto principal: Violência contra comunidade LGBT's e Homofobia, idioma português e últimos 5 anos de publicação. Critérios de exclusão também foram usados, como: publicações que não contribuíssem com a formulação do trabalho, documentos pagos ou repetidos; bases de dados internacionais e especializadas ou textos com línguas estrangeiras.

A definição do tema do artigo se deu através da escolha da questão norteadora: Como a sociedade encara a população LGBT's, e como homofobia pode afetar a vida desse grupo. Visto que, os índices de mortalidade associado a homofobia crescem significativamente nas últimas décadas, tornando essas pessoas cada vez mais vulneráveis aos tipos de violência, seja ela física ou psicológica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A homofobia configura-se como um problema de saúde e segurança pública, onde o direito de ir e vir é subtraído através do medo e apreensão pelo desconhecido, que pode os levar a morte. Regulando de que forma estes devem transitar e onde devem ir, determinando e modelando seus comportamentos; deixando cicatrizes que por vezes, perpassam a violência psicológica, gerando também danos físicos (CASSAL, 2013).

No Brasil, em 2009, o Grupo Gay da Bahia (GGB, 2009) traz em seu relatório, o registro de 117 assassinatos de homossexuais do sexo masculino por homofobia, nove lésbicas e 69 travestis também foram executados, totalizando 195 mortes por essa mesma motivação (BRASIL, 2016).

Sobre as possíveis motivações seriam as teorias psicodinâmicas, que fundamentam a homofobia como uma ameaça aos impulsos homoafetivos do próprio agressor, provocando negação, repressão ou ação reativa. A aparição de termos como "preconceito antigay" refletem a intenção das agressões e condutas contra esse grupo (FAZZANO; GALLO, 2015).

Em 2012, foram apresentados pela primeira vez no Brasil, informações oficiais sobre as violações LGBTs, reportadas ao Poder Público Federal através do Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, Ano de 2011. Esses dados apontaram que o número desses homicídios

aumentou 11,51% de 2011 para 2012, possibilitando a visibilidade e quantificação dos casos. (SOUZA et al., 2015; BRASIL, 2012).

A violência permanece e se torna contínua pela intolerância, o descaso e banalização por parte das autoridades, considerando-os de pouca relevância. Esse preconceito é refletido na sensação de insegurança, onde pessoas se acham no direito de agredir e eliminar aqueles que são considerados fora do padrão, pela sua orientação sexual, com justificativa de proteger a sociedade hegemônica e suas normas imaleáveis (CASSAL; FERNANDES, 2013).

Desse modo, Horst (2016) traz que a posição das autoridades e da ordem social não deve determinar quem pode ou não ter direito a segurança, sendo tirado das vítimas não apenas a seguridade, mas também as impedindo de viver sua sexualidade de forma livre. Cassal (2013) corrobora que podemos determinar e construir normas e preceitos, e do mesmo modo estamos aptos a desconstrui-los. Aceitando a diversidade de cada ser, visto que os mesmos não interferem na vida dos demais.

É notório a intensificação da violência por órgãos que deveriam abrandá-la e erradica-la, como as delegacias. O sofrimento cotidiano vivenciado por aqueles tidos como excluídos e vulneráveis acentua-se, através de julgamentos pré-estabelecidos. Nas delegacias, constata-se que a falta de denúncia é um fator presente, uma vez que ao efetuarem as denúncias esse público é tido como agressor, o que acarreta uma nova violação, caracterizada como violência institucional (SOUZA et al., 2015)

Corroborando com o estudo anterior, Nascimento e Pimentel (2011), observaram o baixo número de registros de injuria contra homossexuais. Fato este não significando que haja pouca discriminação contra essa população e sim que há poucos registros devido à falta de testemunhas para os crimes. Isso se constitui um grande problema, que pode agravar as situações de violência, até situações fatais, uma vez que para que a justiça se pronuncie e puna os agressores é necessário o registro das queixas (NASCIMENTO; PIMENTEL, 2011).

Entre os anos de 2011 a 2013 foram registradas 5885 denúncias, segundo o Disque Direitos Humanos havendo um decréscimo no último ano, podendo estar associado a subnotificação bem como a falta de manejo de campanhas, de propagação associado ainda ao desconhecimento de muitos desse meio de denúncia, sendo estes fatores que predispõem a redução de tais índices (BRASIL, 2016).

Para o combate a homofobia e a preservação dos direitos desse grupo, foram instituídos alguns programas pelo governo como o Brasil Sem Homofobia (BSH). No entanto percebeu-se ainda diversas limitações para que fosse efetivado, devido a problemas econômicos e de

recursos, acontecendo uma discordância entre as esferas de Estado e Federal, observando que as ações foram na maioria das vezes executadas por ONGs (MELLO, 2012; HORST, 2016).

Além disso, é sabido a existência de políticas de governo que priorizam ora sim, ora não as questões de proteção social ao público LGBT, tornando-as fragmentadas e descontínuas, ao invés de garantir políticas de Estado. Além disso, há uma discrepância entre os custos e subsídios utilizados apara realização dos mesmos, tornando dificultosas e inviáveis as ações previstas (IRINEU, 2011; HORST, 2016).

No ano de 2013 foram referidas 9,31 violações de direitos humanos de caráter homofóbico, onde a cada dia 5,22 pessoas foram vítimas. Em 32,8% desses casos, os denunciantes não conheciam as vítimas anteriormente; em 9,1% dos casos, a própria vítima efetuou a denúncia. Quando relacionado ao sexo biológico 73,0% eram do sexo masculino. No que diz respeito a identidade sexual das vítimas grande parte era de não informados (46,8%), seguido de gays (24,5%), travestis (11,9%), lésbicas (8,6%), transexuais (5,9%) e bissexuais (2,3%). 39,9% das vítimas são pretos e pardos; seguidos por brancos, com 27,5%; amarelos e indígenas, somados com 0,6%. Em relação a fixa etária, o que predomina são jovens e adultos-jovens 54,9% de vítimas entre 15 e 30 anos (BRASIL, 2016).

Pode-se verificar que violências psicológicas foram as mais reportadas, com 40,1% do total, seguidas de discriminação, com 36,4%; e violências físicas, com 14,4%. Também há significativo percentual de negligências (3,6%). Outros tipos de violação correspondem a 5,5% (BRASIL, 2016).

Souza *et al.* (2015), em seu estudo que caracterizou a violência e sofrimento social vivenciado por travestis, mostra a violência intrafamiliar sofrida bem como sua extensão aos âmbitos escolar, de saúde e segurança. As agressões se iniciam no contexto familiar e segue no âmbito escolar, culminando no abandono desses espaços e os predispondo as dificuldades trabalhistas do meio social e falta de oportunidades, aumentam as chances dessa população de obter renda através de profissões que os predispõem a vulnerabilidades e riscos à saúde, como a profissão do sexo.

Os insultos nas escolas são caracterizados como uma forma de empregar medo e pavor àqueles que o recebem. A "feminilização" do outro e utilização de termos como "viadinhos" são atribuídos com intuito de descriminar e/ou rebaixá-los. Gerando traumas oriundos dessas ações e caracterizando-se como um dos fatores que influenciam o abandono escolar (FACCHINE; FRANÇA, 2013).

Perucchi e colaboradores (2014), em seu estudo sobre os aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar, apontam que o início do conflito e violência intrafamiliar se dá a partir

da revelação do desejo sexual por alguém do mesmo sexo, o que é denominado pelos autores como “sair do armário”. Souza *et al.* (2015), complementa que essa fase é um marco na vida, e mesmo àqueles que já se assumiram homossexuais não se desvinculam totalmente do “armário”, podendo utilizá-lo como medida de defesa na maioria das vezes, já que corriqueiramente isso é acompanhado de rejeição e expulsão de casa.

Popadiuk, Oliveira e Signorelli (2017), trazem que o meio familiar é considerado um fator de proteção para o psicológico de cada indivíduo, no entanto a exigência de uma postura heteronormativa e compatível ao núcleo familiar, foge à questão de proteção e passa a dispor de mecanismos violentos para punir aqueles cuja orientação sexual não é conciliável com o modelo hegemônico de família “tradicional”.

Segundo a Secretaria de Direitos Humanos (2016), aproximadamente 76% das violências sofridas pela comunidade LGBT são de cunho psicológica e discriminatória, sendo os agressores na maior parte das vezes pessoas conhecidas das vítimas. A pressão exercida pela sociedade heteronormativa salienta um estado de melancolia do sujeito, o que dificulta o luto da heterossexualidade, que é essencial para que o indivíduo manifeste sua orientação sexual.

Quando se fala da relação entre violência homofóbica e número de óbitos, estes não são ligados apenas ao homicídio, mas também à tentativa de tirar sua própria vida ou consumação do suicídio. Isso porque, o medo do afastamento social e solidão, bem como danos psicológicos e físicos advindos da homofobia, torna as vítimas propensas à depressão, considerando as ideações suicidas como resultado dos processos LGBTfóbicos (TEIXEIRA-FILHO; RONDINI, 2012).

No ano de 2013, dos casos de violência que resultaram em morte da população LGBT, 92,5% das vítimas foram homens, sendo mais prevalentes entre gays, com 53,4% de notificações. No que diz respeito a idade das vítimas, 23% encontravam-se na faixa etária entre 30-39 anos. O ferimento por arma branca, efetuado com faca, foi apresentado como o meio mais utilizado para o homicídio dessa população. Com relação ao local onde ocorreu o homicídio, as próprias residências das vítimas e as ruas tem maior prevalência de acontecimentos (BRASIL, 2016).

Apesar da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde (2006), que garante o acesso e acolhimento no Sistema Único de Saúde, esse ambiente também apresenta descriminação, julgamento moral e distanciamento profissional, exibidos pelos gestos, olhares e falas; o que acaba resultando na resistência na busca por esses serviços, justificando-se como estratégia de proteção contra a violência social, gerando barreiras na atenção à saúde.

São inúmeros os desafios enfrentados na assistência pública a saúde dessas pessoas, configurando-se em: desconhecimento dos profissionais de saúde sobre os problemas que afetam esse grupo, a falta de resolutividade, a identificação pelo nome social no momento do atendimento, entre outros. Como consequência, quem sai prejudicado é a população LGBTs que preferem não procurar os sistemas de saúde, por não serem tratados em sua integralidade e acabarem sendo violentados ainda mais (FAZZANO; GALLO, 2015).

Deste modo para que os índices deste tipo de violência sejam reduzidos, bem como os danos causados a esta população, deve-se haver não apenas uma progressão da sociedade, quando relacionada à petrificação de costumes e valores que por vezes estimulam a construção de imagens à população LGBTTT, sendo essa premissa para a construção das políticas de saúde e segurança pública. Havendo assim, a necessidade de não só transformar valores, mas também de desenvolver ações que estimulem a flexibilidade da população quanto aos seus preceitos e tradições, associado ao respeito à diversidade.

CONCLUSÃO

Conclui-se que para a efetuação de tais políticas, torna-se necessário infundir na sociedade a cultura de paz e respeito, repudiando atos exclusivos e violentos a população LGBTTT, e efetivando medidas punitivas quando houver a violação desses direitos. Sendo crucial o englobamento de ações e medidas que estimulem uma maior reflexão das pessoas quanto a diversidade sexual e aceitação.

Os julgamentos das autoridades e a banalização da criminalização deste tipo de violência deve ser extinguido, para que as formas de acolher essas vítimas tanto no sistema judiciário quanto o sistema de saúde possa ser otimizado. Intensificando-se assim, os índices de notificação e denúncias.

A implementação e validação das políticas públicas de saúde são meios crucias para que se possa promover a luta por direitos e suas expressões na sociedade. Havendo a necessidade de enfrentamento coletivo, não só da comunidade LGBTTT, mais também de toda sociedade em busca de seus direitos, visto que esse grupo é punido por suas orientações e identidades sexuais e de gênero, pois estes se contrapõem a heteronormatividade imposta pela sociedade. Buscando a sensibilização, respeito e humanização da sociedade, independente de tradições, valores e crenças pré-estabelecidas.

Esta violência é vista nos diversos ambientes, desde a escola, domicilio, ruas e até mesmo na assistência à saúde, sendo este último um meio que deveria estar presente o

acolhimento para propiciar a minimização dos efeitos da violência sobre a vítima. Nota-se assim que as interligações desses múltiplos cenários promovem uma perpetuação da violência, sendo necessário intervenções voltadas para esse conjunto.

Diante dos variados danos causados pelo preconceito e violência, e dos índices elevados de óbitos percebe-se que há ainda na sociedade atual um demasiado retrocesso quanto à igualdade de gênero e o respeito a diversidade sexual, notando-se os efeitos letais da violência e a ambiguidade dos fatores que a influenciam. Formando-se um paradoxo entre as mudanças de atitude e a transformação de preceitos e normas pré-definidas pela sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. 2012. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em: < http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012 >. Acesso em: <25 set. 2017>.

_____. BRASIL. 2016. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013.** Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Disponível em:< http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf >. Acesso em:< 25 set. 2017>.

_____. BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde**. Brasília: MS; 2006. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). Disponível em: < http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/coletanea01_miolo.pdf >. Acesso em: <23 set. 2017 >.

CASSAL, Luan Carpes Barros. Homofobia e cidade: um ensaio sobre lâmpadas, segurança e medo. **Revista Polis e Psique**, v. 3, n. 3, p. 24, 2013.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Assassinatos de travestis e “pais de santo” no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 98, p. 485-492, 2013.

FAZZANO, Leandro Herkert; GALLO, Alex Eduardo. Uma Análise da Homofobia Sob a Perspectiva da Análise do Comportamento. **Temas em Psicologia**, v.23, n.3, 535-545, 2015.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. Convenções de gênero, sexualidade e violência: pesquisa com participantes dos eventos do Orgulho LGBT de São Paulo - 2009. **Latitude**, v.7, n.11, 7-11, 2013.

HORST, Claudio Henrique Miranda. Avaliando o Programa Brasil sem homofobia. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2016.

ILGA, Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo. ***Relatório de 2010 sobre a Homofobia de Estado*.**

IRINEU, Bruna Andrade. 10 anos do programa brasil sem homofobia: notas críticas. **Temporalis**, v.14, n. 28, p. 193-220, 2014.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 289-312, 2012.

NASCIMENTO, Lázaro Castro Silva; PIMENTEL, Adelma. Delegacia e defensoria pública no combate à homofobia em belém do pará. **Barbarói,** n.35, 43-57, 2011.

PERUCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia**, v.19, n.1, 67-76, 2014.

POPADIUK, Gianna Schreiber; OLIVEIRA, Daniel Canavese; SIGNORELLI, Marcos Claudio. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva,** v.22, n.5, 1509-1520, 2017.

SOUZA, Martha Helena Teixeira de; MALVASI, Paulo; SIGNORELLI, Marcos Claudio; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, vol.31, n.4, 2015.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra. Ideações e Tentativas de Suicídio em Adolescentes com Práticas Sexuais Hetero e Homoeróticas. **Saude soc.,** vol.21, n.3, 2012.